

## **Programa de ação cultural Laboratório do Bem-Viver: por um giro decolonial nas políticas públicas de cultura**

*Programa de acción cultural Laboratorio del Buen-Vivir:  
Hacia un giro decolonial en las políticas públicas de cultura*

**Juliana Maria de Siqueira<sup>1</sup>**

### **Resumo**

O programa de ação cultural Laboratório do Bem-Viver é um desdobramento do programa educativo Pedagogia da Imagem, desenvolvido no Museu da Imagem e do Som de Campinas entre 2003 e 2018, por uma equipe de agentes culturais. A Pedagogia da Imagem teve como objetivo propiciar aos cidadãos a incorporação crítica e dialógica de linguagens e tecnologias audiovisuais para que as comunidades pudessem dizer sua própria palavra, registrar e fazer circular suas memórias, com o fim de liberar suas potências e transformar sua realidade. Ao longo de sua vigência, o programa permitiu reconhecer e documentar, em primeira pessoa, o protagonismo da população periférica em movimentos sociais que provocaram a produção de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, assistência, habitação e cultura, alinhadas com os princípios da solidariedade e da justiça social. Em 2016, quando nos demos conta de que os processos de memória e Museologia Social haviam se convertido no principal componente da ação cultural realizada em parcerias intersetoriais, idealizamos o programa Laboratório do Bem-Viver, combinando ferramentas e métodos educativos para favorecer a resiliência comunitária e a produção de uma vida plena pelos cidadãos. Atualmente, o programa se desenvolve a partir da Coordenadoria de Ação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, articulando-se em rede com agentes de assistência social, educação e saúde, assim como organizações sociais e atores da sociedade civil, especialmente na região Noroeste do município. Também se estende em cooperação solidária com sujeitos e coletivos que trabalham a Museologia Social no Estado de São Paulo através da participação na Rede São Paulo de Memória e Museologia Social. Nesta apresentação, propomos discutir o papel da Museologia Social nas políticas públicas culturais em nível municipal, bem como o que aprendemos com o Laboratório do Bem-Viver para favorecer um giro decolonial na concepção dessas políticas.

Palavras-chave: Ação Cultural; Bem-Viver; Decolonialidade; Museologia Social; Políticas Públicas.

### **Resumen**

El programa de acción cultural Laboratorio del Buen-Vivir es un despliegue del programa educativo Pedagogía de la Imagen, desarrollado en el Museo de Imagen y Sonido de Campinas entre 2003 y 2018, por un equipo de agentes culturales. La Pedagogía de la Imagen tuvo como objetivo propiciar la incorporación crítica y dialógica de lenguajes y tecnologías audiovisuales para que las comunidades pudieran decir su propia palabra, registrar y hacer circular sus memorias, con el fin de liberar sus potencias y transformar su realidad. A lo largo de su duración, el programa ha permitido reconocer y documentar, en primera persona, el protagonismo de la población periférica en los movimientos sociales que provocaron la producción de políticas públicas en las áreas de educación, salud, asistencia, vivienda y cultura, alineadas con los principios de solidaridad y justicia social. En 2016, cuando nos dimos cuenta de que los procesos de memoria y Museología Social se habían convertido en el principal componente de la acción cultural realizada en alianzas intersectoriales, idealizamos el Laboratorio del Buen-Vivir, combinando herramientas y métodos educativos para favorecer la resiliencia comunitaria y la producción de una vida plena por los ciudadanos. Actualmente, el programa se realiza desde la Coordinación de Acción Cultural de la Secretaría Municipal de Cultura de Campinas, articulándose en red con agentes de asistencia social, educación y salud, organizaciones sociales y actores de la sociedad civil. También se extiende en cooperación con sujetos y colectivos que trabajan con la Museología Social en el Estado de São Paulo a través de la participación en la Red SP de Memoria y Museología Social. En esta presentación nos proponemos discutir el papel de la Museología Social en las políticas públicas culturales a nivel municipal, así como lo que aprendimos para favorecer un giro decolonial en el diseño de estas políticas.

Palabras claves: Acción Cultural; Buen-Vivir; Decolonialidad; Museología Social; Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Agente Cultural na Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, SP, Brasil; [labdobemviver@gmail.com](mailto:labdobemviver@gmail.com).

## 1. Cultura e colonialidade nas políticas públicas municipais

Existem variadas definições de políticas públicas e um campo acadêmico dedicado ao seu estudo. Embora seja necessário realizar uma leitura crítica desses conceitos e seus pressupostos, tendo em vista os contextos geopolíticos que os originam, para os fins desta discussão tomamos por políticas públicas o conjunto de programas desenvolvidos pelo poder público para a gestão das áreas e dos temas que afetam a vida coletiva, com vistas a alcançar determinados resultados.

Distinguimos, aqui, políticas de governo e políticas de Estado, diferenciando perspectivas que endereçam questões conforme a plataforma programática dos representantes eleitos para um determinado período de gestão daquelas destinadas a estruturar um campo público para a decifração da realidade social, o debate de proposições e a formulação coletiva de soluções, a serem reguladas e aprimoradas continuamente. No Brasil, podemos afirmar que apenas após a promulgação da Constituição de 1988 conquistamos condições efetivas de desenvolver políticas de Estado, nosso foco neste trabalho.

No município de Campinas, um exame histórico das ações programáticas empreendidas pelo poder público, desde fins do século XIX e ao longo do século XX, nos revela que seus princípios modernizadores – e, posteriormente, desenvolvimentistas – tiveram como efeito, no mais das vezes, a reprodução e o enraizamento da colonialidade no modo de vida de seus habitantes (SIQUEIRA, 2019). No campo da cultura, esse padrão de poder tem-se expressado como violência e racismo estrutural, presente no planejamento urbano que resulta na segregação espacial de cidadãos conforme sua classe e etnia; na formulação de códigos de posturas que disciplinam as suas condutas e promovem o apagamento de identidades indígenas e a criminalização de práticas e sujeitos afrodescendentes; e na produção de institucionalidades que consagram como pertinentes ao universo ‘cultural’ sobretudo os dispositivos, as formas e as linguagens predominantes na matriz europeia.

Se uma política pública pode ser caracterizada tanto pelo que o poder instituído faz quanto pelo que deixa de fazer (SOUZA, 2006, p. 24), podemos afirmar que, no município de Campinas, a ação pública na cultura caracterizou-se mormente pela ausência e omissão do Estado na promoção desse setor. Como decorrência desse ‘abandono programático’, as questões que determinam a cultura urbana como o modo de vida dos seus cidadãos estiveram delimitadas pelas diretrizes emanadas de setores como o urbanismo, a segurança pública, o transporte, a saúde e a educação, desvelando o viés higienista, civilizatório e disciplinador com o qual as ações culturais se revestiam. As recentes lutas dos setores progressistas para a estruturação de políticas municipais no campo da cultura não têm sido, ainda, capazes de reverter essa tendência, dado que sua própria configuração não logrou superar certos fundamentos epistemológicos que configuram a colonialidade: a fragmentação setorial e a hierarquização entre culturas.

## 2. Memória iluminando o protagonismo popular nas políticas públicas

Contudo, não foi apenas no setor da cultura que a ação pública municipal se configurou como ausente ou tardia. Em geral, nos campos sociais como a saúde, a educação, a assistência e a moradia, o poder público tem agido a reboque dos movimentos sociais, pressionado pelo protagonismo dos cidadãos, sobretudo daqueles que se situam na base da pirâmide social – com destaque para as mulheres negras das periferias. Foi o que pudemos constatar ao longo de quinze anos de funcionamento do programa educativo Pedagogia da

Imagem, desenvolvido por uma equipe de agentes culturais no Museu da Imagem e do Som de Campinas.

Entre 2003 e 2018, compartilhamos com os cidadãos as linguagens e tecnologias audiovisuais para que as comunidades pudessem documentar suas memórias e suas lutas presentes, a fim de se constituírem autoras da própria história. Gradativamente, os acervos do Museu foram se preenchendo com relatos que problematizavam a narrativa oficial sobre a modernização do município. Relatos de como as trabalhadoras domésticas se organizaram para promover o cuidado e a educação de suas crianças enquanto saíam para o trabalho – abrindo caminho para a formação de escolas infantis e renunciando o atendimento por núcleos de assistência social no contraturno escolar. De como os moradores das favelas se encorajaram a desafiar o estigma social e afirmar seu direito à moradia, barrando remoções e garantindo a regularização e urbanização de ocupações. De como as donas de casa dos conjuntos habitacionais recém-criados nas periferias se organizaram para enfrentar epidemias e garantir atendimento médico básico no próprio bairro, engajando-se em conselhos locais de saúde para exercer o controle social desse serviço. De como – novamente – as trabalhadoras domésticas ‘inventaram’ as casas de cultura e bibliotecas comunitárias, para oferecer a seus filhos igualdade de oportunidades na educação e linguagens para ressignificar a vida, entre outras memórias.

Ao dar ouvidos às experiências das comunidades e fazê-las circular por meio de produtos audiovisuais, o que era um ‘simples’ programa educativo de um museu foi-se convertendo em um dispositivo para refletir sobre a gênese das políticas públicas municipais e uma ferramenta educativa para a promoção da participação popular na sua gestão. A despeito de seus fundamentos teóricos e metodológicos desenvolvidos em pesquisas acadêmicas, debatidos em publicações científicas e reconhecidos por premiações em âmbito nacional – Prêmio Victor Valla de Educação Popular em Saúde e Prêmios Darcy Ribeiro de Educação em Museus, edições 2009 e 2016 –, o programa acabou desmantelado com a dissolução de sua equipe.

### **3. Experimentando um giro decolonial: educação popular gestando políticas públicas**

Os fundamentos para a concepção e implantação de um novo programa de ação cultural estavam, contudo, lançados. O setor que nos acolheu – a Coordenadoria de Ação Cultural – é originário do mesmo movimento de criação de casas de cultura nas periferias, sendo o encarregado da gestão dos equipamentos e das ações culturais territorializadas – essas, via de regra, realizadas em colaborações intersetoriais. Tendo enfrentado, desde sua criação, sucessivos processos de precarização, a coordenadoria buscava reestruturar-se – dessa vez, com base em três princípios definidos por sua então responsável, Dora Mazzer Vechini: a gestão participativa, a atuação em rede e a Museologia Social.

O contexto em que o Laboratório do Bem-Viver emergiu foi o cenário de desmonte de políticas sociais e de austeridade econômica que se instalou desde 2016. O declínio da atividade econômica, o aumento do desemprego e a perda de renda e direitos dos trabalhadores gerou, nos territórios de atuação da Ação Cultural o aumento da vulnerabilidade social, fazendo com que a resiliência comunitária emergisse como uma pauta relevante. Atualmente, com as consequências das opções políticas assumidas no enfrentamento da pandemia da COVID-19, escancarando e aprofundando as já enormes e inaceitáveis desigualdades, a promoção da resiliência comunitária assume caráter de urgência.

Nossa aposta, porém, é que por meio dos processos de educação popular se pode alcançar não apenas a produção das condições básicas de sobrevivência e enfrentamento de vulnerabilidades sociais, mas a conformação de alianças que nos permitam aproximar de um horizonte dado pelo “ser mais”, isto é, a vida plena, humanizada, o bem-viver. Na solidariedade entre a ação intersetorial dos serviços públicos comprometidos com o florescimento dos territórios e as inovações gestadas nos movimentos sociais, desde os saberes e práticas populares, é possível gerar processos colaborativos que operem o exercício do direito à cidade como o direito a descodificá-la e recodificá-la coletivamente, em termos mais igualitários, decoloniais, onde se reconheçam e caibam todos os cidadãos.

Nesse sentido, a ação cultural já não trata de promover a “democratização ou descentralização da cultura” (como se “a” cultura hegemônica devesse fluir do centro para as periferias) mas de uma democracia cultural, onde possam conviver distintas perspectivas culturais sobre o viver na cidade. Ora, como uma metrópole latino-americana, Campinas apresenta um caráter intercultural, ainda que negado. É a terceira cidade do Estado de São Paulo que concentra o maior número de indígenas vivendo em contexto urbano. Sua população negra, além de numerosa, conserva valiosas manifestações culturais tradicionais de matriz africana. Além disso, grande parte de sua população se forma em processos migratórios antigos e recentes, congregando gentes das várias regiões brasileiras, cujas raízes se encontram em matrizes culturais rurais, caiçaras, roceiras, sertanejas, quilombolas, ribeirinhas, entre tantas outras... Sem contar aquelas que se gestam nos ambientes urbanos, fruto das lutas por reconhecimento de igualdade e direitos: feministas, LGBTQIA+, antimanicomial, população em situação de rua, imigrantes, refugiados, etc.

Nesse cenário, precisamos de um conceito de cultura mais abrangente, que diga respeito à produção de uma vida plena no espaço urbano e dê conta das dimensões cotidianas do convívio, do trabalho, da alimentação, do vestir, do cuidar, do ambiente, da informação, da significação da vida. Precisamos de um conceito de cultura no qual todos possam se reconhecer responsáveis, protagonistas, capazes de aportar com seus saberes. Queremos uma noção de cultura que faça as reexistências serem vistas, consideradas e apoiadas nas políticas públicas. É nessa acepção de cultura, do cotidiano na cidade, sobretudo do cotidiano nos territórios além das linhas abissais, que trabalhamos no Laboratório do Bem-Viver.

Dentro de nossas possibilidades, atuamos intersetorialmente, combinando ferramentas da Museologia Social, da Educomunicação, da Educação Popular e do Movimento Vital Expressivo, realizando ações de cartografia social, cartografia audiovisual, exposições fotográficas, oficinas de bordado e costura, ativismo poético, círculos de cultura, encontros, mobilizações, ocupação de espaços culturais, formação continuada de professores da rede pública municipal, articulações com outras cidades da região metropolitana de Campinas para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos. Estamos articulados com o Museu Vivo Cândido Ferreira, que preserva o patrimônio da luta antimanicomial. Caminhamos pelo Estado de São Paulo com a Rede SP de Memória e Museologia Social para nos fortalecermos nos intercâmbios com nossas amigas indígenas Kaingang, que já estiveram conosco debatendo a interculturalidade na formação de professoras, em 2018.

Para alcançar nossos objetivos, dois movimentos se fazem necessários: interpelar os conceitos de cultura presentes nas políticas públicas vigentes – examinando seus limites e possibilidades; e reposicionar o papel marginal da cultura nas políticas públicas. É preciso, ainda, questionarmos o postulado que atribui às políticas sociais o poder de promover, por si mesmas, o equilíbrio e a compensação das desigualdades, enquanto não se questiona a contínua produção da pobreza, da degradação ambiental e da qualidade de vida pelas políticas

estruturantes, como desenvolvimento econômico, urbanismo, trabalho e renda, transportes e até mesmo a gestão de resíduos.

#### 4. (In)conclusões

Como servidores públicos, defender a produção de políticas participativas é o caminho para evitar que a realização de nosso trabalho seja, mais uma vez, uma invasão cultural e uma violência às populações que há tantas gerações carregam as marcas e as consequências da exclusão, do extermínio, dos despejos e despojos que a matriz cultural dominante vem impondo sobre as demais.

O Laboratório do Bem-Viver, como programa concebido por trabalhadores municipais que fazem uma aposta decolonial na produção de políticas públicas, tem sido um articulador de processos educativos por meio dos quais os sujeitos – servidores de variados setores atuantes nos territórios, organizações sociais e cidadãos – se envolvem na ação coletiva transformadora da realidade. Não sendo uma instituição, o Laboratório é uma virtualidade que se atualiza quando nos reunimos em colaboração e aportamos nossos talentos e ferramentas de trabalho para vencer os problemas complexos que a realidade vivida nas periferias de uma grande metrópole nos apresenta. A Museologia Social, acionando as memórias das lutas e dos saberes populares, é a pedra de toque que inicia e catalisa os processos de colaboração e criação coletiva.

Como dispositivo, o Laboratório do Bem-Viver possibilita aos servidores enfrentar a precarização e a perda do sentido do trabalho. Formando-nos no cotidiano com a comunidade e convertendo o próprio fazer em experimentação e produção partilhada de conhecimento, permite-nos a desalienação e a tomada de responsabilidade ética e criativa. Promovendo a atuação em rede, não apenas no território mais imediato, mas em solidariedade ampla no Estado, no País e na América Latina, rompe o isolamento do trabalhador público e amplia a resiliência e a capacidade de prosseguir na luta e avançar, apesar das inúmeras derrotas que temos sofrido.

#### Referências

SIQUEIRA, J. M. *A Educação Museal na perspectiva da Sociomuseologia: proposta para uma cartografia de um campo em formação*. 2019. 728 f. Tese (Doutorado em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 8, n. 6, p. 20-45, jul./dez. 2006. ISSN 1807-0337. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.